


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005052-06.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Leandro Romilson Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

LEANDRO ROMILSON PEREIRA, qualificado a fls. 75, foi denunciado como incurso no art.157, §2º, I e II, c.c. art. 70 do CP, porque em 23.3.2015, por volta de 07h30, na Rua Oscar Jemsén, 99, Parque Santa Mônica, em São Carlos, previamente ajustado e com unidade de desígnios com outros indivíduos não identificados até o momento, subtraiu para proveito comum, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e faca, contra a vítima Fernando Celso Rizzo (fls.07) e sua família, talonários de cheque, quatro televisores, diversas joias, quatro telefones celulares, US\$ 700,00 e R\$ 700,00, além de um veículo Hyundai Santa Fé, e diversos outros, todos descritos a fls.9/10, conforme boletim de ocorrência de fls.8/10, sendo que alguns dos objetos foram recuperados (auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 30/32).

Apurou-se que na data dos fatos LEANDRO e seus comparsas escalaram uma grade do muro e ficaram aguardando uma pessoa sair da casa. Assim que um parente da vítima Fernando saiu, um dos agentes anunciou o assalto e com o uso de uma faca dominou a vítima Milton Paganelli, que foi amarrado.

Outro coautor amarrou a funcionária Maria e, em seguida, renderam a esposa de Fernando, Marina, que também foi subjugada e obrigada a abrir o cofre, de onde os comparsas subtraíram relógios, joias e dólares. O denunciado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

evadiu-se do local com os bens referidos, colocando-os no interior do veículo Hyundai Santa Fé, de propriedade da vítima Fernando, sendo o carro encontrado posteriormente em estado de abandono (fls.5/7).

Dias após o roubo, o denunciado foi preso por tráfico de entorpecentes e a polícia encontrou em sua casa diversos objetos produtos de assalto (fls.12/37).

A testemunha Daniel reconheceu pessoalmente o denunciado como sendo um dos autores do roubo (fls.18).

Recebida a denúncia (fls.86), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária e com decretação da prisão preventiva (fls.129).

Em instrução foram ouvidas cinco testemunhas arroladas pelo Ministério Público (fls. 131, 132, 133, 134 e 135), sendo, ao final, interrogado o réu (fls.136).

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação, nos termos da denúncia, observando a reincidência e maus antecedentes do réu, bem como a majoração da pena acima do mínimo legal, o reconhecimento do concurso formal de crimes e a fixação do regime inicial fechado; a defesa pediu a conversão do julgamento em diligência para a realização de perícia técnica no celular da vítima e, subsidiariamente, a absolvição do acusado nos termos do art.386, VII, do CPP.

Determinou-se a baixa dos autos em cartório para a vinda de documentos que possam esclarecer o local da residência do acusado (fls. 185/188), documentos que foram juntados pela serventia (fls. 189/210) e do qual tomaram ciência as partes (fls. 210).

FUNDAMENTAÇÃO

A materialidade delitiva está comprovada pelo boletim de ocorrência de fls. 04/06, autos de exibição e apreensão de fls. 07, 30/32 e 33/37,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

auto de avaliação de fls. 103/104, fotos tiradas pelo acusado com o celular da vítima de fls. 137/140, e pela prova oral colhida, não havendo dúvidas de que, realmente, ocorreu o roubo descrito na inicial, nas circunstâncias de local e tempo lá indicadas.

A autoria é negada pelo acusado. Sustenta (fls. 136) que não participou do roubo. Nega residir na casa em que a polícia disse ter encontrado parte da res furtiva, localizada na Rua Antonio Fischer dos Santos, nº 143, Jardim Paulistano. Diz que é tudo armação policial.

Sua versão não encontra respaldo probatório.

Quanto ao local de residência do acusado, observamos na sentença proferida no processo nº 3439-48.2015 (fls. 204/210) que lá foi reconhecida a residência na Rua Antonio Fischer dos Santos, nº 143, Jardim Paulistano.

Acertada a conclusão. Como dita naquela decisão, o próprio acusado, quando lavrado o flagrante relativo ao tráfico de entorpecentes – objeto daquele processo -, afirmou residir nesse endereço. Tal assertiva pode ser confirmada às fls. 20/22 dos presentes autos.

Tem-se, pois, a primeira prova da autoria, no fato de que, na residência do acusado, houve a apreensão de parte da res furtiva – na verdade, cerca de oitenta por cento dos objetos roubados, como dito pela vítima Fernando Celso Rizzo às fls. 131vº.

Não fosse o suficiente, com a recuperação do celular roubado dessa vítima, nele havia diversas fotografias tiradas pelo acusado, inclusive com sua esposa, como declarado nas oitivas de fls. 131, 132, 133, 134 e 135.

São as fotografias de fls. 153/162.

Argumenta o acusado que seria tudo invenção da polícia e que não tinha qualquer outro celular além dos seus. Todavia, o celular em questão foi reconhecido pela vítima como sendo o roubado. E as próprias vítimas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

notaram e confirmaram as novas fotografias, tiradas pelo acusado.

Também não foram apresentados elementos probatórios bastantes a desacreditar o narrado pelos agentes policiais, cuja palavra não é, de antemão, considerada inidônea:

“O valor do depoimento testemunhal de servidores policiais – especialmente quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório – reveste-se de inquestionável eficácia probatória, não se podendo desqualificá-lo pelo só fato de emanar de agentes estatais incumbidos, por dever de ofício, da repressão penal. O depoimento testemunhal do agente policial somente não terá valor, quando se evidenciar que esse servidor do Estado, por revelar interesse particular na investigação penal, age facciosamente ou quando se demonstra – tal como ocorre com as demais testemunhas – que as suas declarações não encontram suporte e nem se harmonizam com outros elementos probatórios idôneos” (STF – 1ª Turma – HC 74.608-0/SP – Rel. Min. Celso de Mello – DJU de 11.04.97, pág. 12.189).

“A SIMPLES CONDIÇÃO DE POLICIAL NÃO TORNA A TESTEMUNHA IMPEDIDA OU SUSPEITA – STF, RTJ 68/64 E 168/199” (Damásio E. de Jesus, Código de Processo Penal Anotado, Saraiva, 19ª Edição, 2002, p. 176 e 182).

Ainda sobre a autoria, há que se frisar o reconhecimento pessoal efetuado na delegacia (fls. 18) e não infirmado em juízo (fls. 131: “pela janela da sala de reconhecimento do fórum observei o indivíduo que ali estava e o porte físico é exatamente aquele que eu descrevi e confere com um dos assaltantes”).

As majorantes imputadas na denúncia foram comprovadas. As oitivas de fls. 131, 132, 133, 134 e 135, confirmam, de modo inequívoco, o concurso de agentes e que houve o emprego de arma de fogo.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP), salientando-se que são três crimes, em razão do patrimônios de três vítimas ter



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sido lesado: de Fernando, Marina e Milton, conforme depoimentos prestados. Os delitos foram praticados em concurso formal (art. 70, Código Penal), pois única a conduta.

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão de antecedente criminal (fls. 106) e em 1/6 em razão das circunstâncias e consequências do delito ante o modo profissional com que praticado e o altíssimo valor da res furtiva.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): a pena é aumentada em 1/6 diante da reincidência conforme fls. 103/104 (art. 61, I, CP).

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): como foram três os agentes, e não dois (o que era suficiente para a causa de aumento), e foram utilizadas uma faca e uma arma de fogo (bastava um para o aumento), reputo justificado o aumento em 3/8.

Pena definitiva: 06 anos, 4 meses e 6 dias de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): regime fechado, em razão da reincidência, circunstâncias negativas e majorantes.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): inadmissível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): por conta das circunstâncias negativas, agravante e majorantes, é fixada em 30 dias-multa. O valor do dia-multa é o mínimo, tendo em conta a situação econômica do acusado.

Concurso Formal (art. 70, CP). A pena privativa de liberdade, sendo três os delitos, é aumentada em 1/3, alcançando 08 anos, 05 meses e 18



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dias. As multas são somadas (art. 72, Código Penal), chegando a 90 dias-multa, no mínimo legal.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação penal e CONDENO o acusado Leandro Romilson Pereira como incurso três vezes, na forma do art. 70 do CP, no art. 157, § 2º, I e II do CP, aplicando-lhe, em consequência, as penas de 08 anos, 05 meses e 18 dias de reclusão em regime inicial fechado, e 90 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em prisão cautelar, e como não houve alteração no panorama probatório que ensejou tal fato – aliás, a sentença reconheceu a responsabilidade criminal -, denega-se o direito de recorrer em liberdade, subsistentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 c/c art. 313, CPP) nos termos do que foi decidido anteriormente neste processo.

Sem condenação em custas, uma vez que faz jus à AJG.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**